

## **A EXPERIÊNCIA VOLUNTÁRIA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: UMA NOVA ESPACIALIDADE?**

Genésio Amorim de LIMA<sup>1</sup>  
Antonio Carlos PINHEIRO<sup>2</sup>

### **RESUMO:**

Esse artigo tem como objetivo apresentar o conceito de voluntariado, a partir das relações estabelecidas com organizações sociais contemporâneas específicas, as genericamente denominadas Organizações Não Governamentais - ONGs. Para tal, apresenta-se uma revisão teórica acerca das práticas voluntárias no Brasil, resultado de novos produtos espaciais, que proporcionam a construção e a imposição de espacialidades voluntárias.

**Palavras-chave: Espacialidade. Voluntarismo. Organizações sociais.**

### **Introdução**

Novas espacialidades são construídas constantemente nas sociedades contemporâneas. Elas surgem, desaparecem ou se reformulam em função das ações sociais no espaço. Assim, se as sociedades são dinâmicas e transformam-se todo o tempo, os espaços das ações sociais tendem a se transformar também, remodelando-se e proporcionando a produção de novas experiências espaciais. Um exemplo dessa dinâmica sócio-espacial cotidiana, no qual as ações sociais remodelam o espaço, está na (re)construção de uma espacialidade específica: do voluntariado.

A experiência voluntária contemporânea surge condicionada a diversos fatos, que atuam como agentes nas dinâmicas que ocorrem nos espaços de convivência social, sobretudo no mundo ocidental. Entre eles estão as revoluções tecnológicas, nas telecomunicações, na informação, na biotecnologia e numa crescente tentativa de revalorização de ações sociais, a partir da construção novas redes de caridade, solidariedade, cidadania e responsabilidade social.

Os progressos tecnológicos geram, multiplicam e redefinem novas formas de produzir, consumir e de comunicação entre pessoas, grupos, organizações, movimentos sociais e governos. Paralelo a esses processos, a humanidade presencia a manutenção de problemas como: pobreza, miséria, violência, exclusão, depressão, obesidade, caos urbano e, principalmente, desrespeito aos direitos dos cidadãos, que também contribuem para a [re]produção de espacialidades voluntárias no cotidiano da exclusão. Há, certamente, outros elementos que possibilitam a identificação das práticas voluntárias

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. antoniocarlospinheiro@uol.com.br

no espaço, como por exemplo, as culturas<sup>3</sup> que as permeiam e as relações intrínsecas de poder agregado as ações.

Assim, em meio a todos estes elementos e ao crescente processo de individualização característico da contemporaneidade, iniciou-se um movimento de (re)organização e consolidação da atividade voluntária no mundo. Porém, é necessário destacar que a ação voluntária precede os problemas sociais contemporâneos, pois essa ação acompanha o homem em seu processo histórico-cultural, manifestando-se em função das culturas, das individualidades e da vida coletiva de quem a pratica.

Portanto, diante da complexidade de elementos que compõe a experiência voluntária, dos agentes envolvidos e das inúmeras espacialidades possíveis resultantes das práticas em diversos espaços, esse artigo consiste em interpretar o voluntariado a partir de agentes contemporâneos específicos: as Organizações Não Governamentais - ONGs.

Tais organizações são produtos da sociedade contemporânea. No Brasil, um número significativo de pessoas convive diariamente com esse tipo de organização social, se envolvendo de alguma forma, como: voluntário, colaborador, gestor, beneficiário, prestador de serviços, trabalhador remunerado, pesquisador, observador entre outras. As organizações, genericamente denominadas e reconhecidas não-governamentais, estão entre as recentes formas de organizações sociais presentes na dinâmica das sociedades ocidentais. São produtos de práticas político-sociais organizadas e reflexo das próprias sociedades nas quais estão inseridas. Elas surgem decorrentes de realidades contraditórias, impulsionadas pelos diversos problemas sociais, políticos, ambientais, de saúde pública, entre outros. No entanto, não se apresentam de forma homogênea, refletem a pluralidade e a complexidade das sociedades.

As ONGs são estruturas complexas, parte do universo associativo brasileiro, diversificadas, conflitantes, particulares e ao mesmo tempo articuladas em redes, que

---

<sup>3</sup> Utilizamos aqui um conceito de cultura referente à definição do professor Dr. Paulo César da Costa Gomes (2001, p. 93). Para esse autor, há muitas formas possíveis de abordar e definir a cultura. Uma delas é vê-la como um conjunto de práticas sociais generalizadas em um determinado grupo, a partir das quais este grupo forja uma imagem de unidade e coerência interna. O conjunto destas práticas exprime os valores e os sentidos vividos por um certo grupo social e a determinação de suas diferenças em relação a outros grupos. Trata-se de um processo em que a aceitação de um patamar comum de comportamento é responsável pelas idéias de identidade e de patrimônio próprio. Neste sentido, cultura corresponde a certas atitudes, mais ou menos ritualizadas, por meio das quais se estabelece uma comunicação positiva entre os membros de um grupo.

oferece inúmeras possibilidades de análise e interpretação pois a temática é inesgotável. Embora seu conceito seja fundamentalmente político, está presente no campo simbólico, de valores. É nesse universo organizacional que grande parte das ações voluntárias atualmente desenvolvidas se materializa.

### **A (Re)organização da gratuidade : doação, filantropia e caridade**

A atividade voluntária vem se manifestando de diversas formas ao longo do tempo, misturando-se, confundindo ou sendo interpretada como caridade, doação, assistencialismo, filantropia ou benemerência. Atualmente, a atividade voluntária encontra-se em processo de sistematização, conceitualização e especialização, em prol de uma nova cultura voluntária, caracterizando uma construção contemporânea específica: o voluntariado.

A sistematização da atividade voluntária e o surgimento da categoria voluntariado são acontecimentos recentes, já a atividade voluntária não. Porém, antes de aprofundar as discussões sobre o voluntariado, temos que explorar os conceitos que contribuíram para o seu surgimento: filantropia, doação e caridade.

As formas de manifestação da filantropia são diversas. Podem apresentar-se em função da religiosidade e ocorrem por meio de boas ações, de penitências, de assistencialismo, de benevolência e de outras formas de ações “purificadoras”. No entanto, tal conceito, assim como o de assistencialismo, de doação, de caridade e de benevolência, é dinâmico. Apresenta formas de atuação e intensidades diferentes, variando de lugar para lugar, dependendo do período histórico e das culturas nos quais se insere, abrangendo as dimensões político-ideológicas, de religiosidade, de dominação, dos valores culturais, de poder e simbólicas.

A sistematização da atividade voluntária no Brasil tem origens nas instituições de assistência a pessoas carentes, no período de colônia, orientadas por fins filantrópicos e ligada a ações religiosas ou relacionadas à área da saúde, como nas Santas Casas de Misericórdia, marcando o início dos movimentos de caráter assistencialista. O enfoque da benemerência, ou merecimento, introduzido na ação voluntária brasileira no século XIX, ofereceu a ela um caráter mais formal, diversificando as instituições que a praticavam. Entre essas instituições estavam as religiosas, de saúde (hospital, asilos, hospícios) e educandários, além de instituições criadas para assistir migrantes.

Porém, a intervenção do Estado nas instituições filantrópicas, a partir do século XX através do poder público, mudando o quadro das doações no Brasil, conseqüentemente, das práticas voluntárias. A política estabelecida pelo denominado Estado do Bem-estar-social, implantado a partir da década de 1930, visava atender a população pobre com políticas de assistência social ocasionou uma significativa mudança no modo de ver e praticar as doações, desvinculando-as, em parte, da igreja para o Estado, porém, ainda estabelecendo uma relação de parceira entre estes agentes sociais, que vigorou até a década de 1960.

A crise desse Estado contribuiu para agregar mais elementos na concepção da doação, ocasionado por transformações de comportamento político e social, em que a doação, associada ao Estado, passou a ser questionada politicamente. Devido ao fracasso desse modelo e às mudanças frente ao novo Estado autoritário, a atividade voluntária e a doação adquirem dimensão política na perspectiva da militância, a partir do embate estabelecido entre Estado e os movimentos sociais a época. Com o fim da ditadura militar e a abertura de mercado, cristaliza-se, na sociedade brasileira, o fenômeno das organizações sociais, em especial as ONGs. Tal fato ocasionou a revalorização da atividade voluntária no país.

Na década de 1980, as práticas de caridade, filantropia e doação ainda estavam presentes na sociedade brasileira como ações sociais vinculadas ao campo religioso, porém, passando a coexistir com um novo discurso motivacional: a sistematização da atividade voluntária, aliada aos novos elementos de discussão [responsabilidade social e profissionalização da doação]. Abre-se um novo campo, no qual a doação deixou de ser um ato de simples filantropia, passando a contribuir para a construção de um entendimento maior dos direitos e deveres do cidadão e da possibilidade de ações coletivas para assegurar o bem comum e exercer a cidadania, desenvolvendo uma estreita relação junto às organizações. A coexistência das práticas filantrópicas, de doação e caritativas, motivadas por grupos religiosos ou por uma religiosidade íntima, paralelo a um modelo de caráter social-cívico que começava a crescer, permaneceu durante a década de 1990 e segue até o presente momento.

A atividade voluntária está associada às organizações sociais, desde a origem das mesmas. Estas, por sua vez, transformaram-se em sinônimo de modernização da ação

social voluntária, abrindo um novo campo de discussão: a reorganização da gratuidade da ação social.

Voluntariado é um tipo de atividade voluntária contemporânea. No entanto, a ação voluntária é anterior ao voluntariado, entendida como caridade, filantropia, benemerência e doação espontânea. Voluntariado é uma manifestação da atividade voluntária, uma recente forma de exercer a gratuidade, por meio do discurso da doação cidadã. Voluntariado pressupõe sistematização da ação, já outras formas de manifestação desta atividade não. Trata-se da doação renovada, com adaptação da linguagem e com um novo discurso político-social. O voluntariado surge, segundo Cardoso (2002), do encontro da solidariedade com a cidadania, no combate à exclusão social. Não tem, porém, a meta de substituir as políticas públicas, nem o trabalho remunerado, nem iniciativas de empresas que têm compromisso social. Sua função é de complementar e aperfeiçoar tais políticas. O voluntariado pode existir como prática individual e/ou grupal, formal e informal, institucionalizado, duradouro ou improvisado, espontâneo.

Para conceituar o voluntariado com maior profundidade, a partir de duas principais vertentes: como prática de cidadania e como prática religiosa, temos que situar o contexto político-social do voluntariado, atentando para dois acontecimentos marcantes no final dos anos 90 e início nos anos 2000: o Ano Internacional do Voluntariado e a Lei do Serviço Voluntário.

### **O Ano Internacional do Voluntariado e a Lei do Serviço Voluntário**

O ano de 2001 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas – ONU, para celebrar, divulgar e promover as ações voluntárias pelo mundo, denominado Ano Internacional do Voluntariado - AIV. Tal acontecimento criou diversas oportunidades para discussão e compartilhamento de experiências entre as pessoas envolvidas com o terceiro setor, movimentos sociais e governos em mais de 150 países. O AIV, segundo Cardoso (2002, p. 21), foi “um vigoroso estímulo da ONU para que todos os países do mundo analisassem a situação de vida de suas populações e intensificassem a busca de soluções para os seus problemas, com envolvimento dos cidadãos, comunidades, organizações e governos”. Foi um marco na ampliação do voluntariado. Tratou-se de uma manifestação mundial.

A iniciativa, no Brasil, reuniu escolas, associações, organizações, movimentos, empresas, fundações, órgãos públicos, igrejas e outras entidades para promover e celebrar a ação voluntária. Cardoso (2002), aponta que um outro resultado do AIV foi o aumento do envolvimento das escolas, de universidades e de centros de voluntários, que promoveram seminários, palestras, festas, premiações e ações voluntárias especiais, proporcionando um aumento das redes solidárias. No mesmo ano foi realizado o I Congresso Brasileiro de Voluntariado<sup>4</sup>.

No mesmo ano, a Rede Globo lançou campanhas como o “Amigo da Escola” e incentivou inúmeras outras como “Ação Global”, por exemplo, ligadas diretamente ao voluntariado e todas seguindo a experiência bem sucedida do já consagrado “Criança Esperança”. Atualmente, as doações realizadas por telefone, internet e pela televisão digital também facilitam a ao doador a comodidade de não sair do sofá para contribuir.

Embora 2001 tenha sido um ano decisivo na ampliação e divulgação do voluntariado, esse já havia conseguido uma vitória importante poucos anos antes: o reconhecimento do serviço voluntário a partir da criação de uma Lei Federal que legitima e reconhece esta atividade em 1998. A Lei do Serviço Voluntário – Lei nº 9.608/98 - foi promulgada pelo então presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Tal Lei é direcionada para o serviço voluntário, a ação em si, e também é conhecida como “Lei do Voluntariado”. Tem a intenção de disciplinar o trabalho voluntário no sistema normativo brasileiro, sendo um importante passo para o reconhecimento da atividade, criada para trazer segurança e certeza na relação jurídica do trabalho voluntário. Nesse momento, o voluntariado ganha forças na medida em que é reconhecido juridicamente pelo Estado. É também mais um passo para o entendimento da ação voluntária enquanto atividade ligada às organizações da sociedade civil, que

---

<sup>4</sup> Realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC – SP, entre os dias 1º e 4º de julho de 2001. Foi criado um Comitê Brasileiro e vários Comitês Estaduais do AIV, todos liderados com expressiva participação dos centros de voluntários, com a meta de divulgar, disseminar e valorizar o voluntariado. No estado de Goiás houve participação da Organização das Voluntárias de Goiás, através do Centro Goiano de Formação de Voluntários - CGV. Neste congresso, além do voluntariado, outros temas foram discutidos, tais como cidadania, gestão social, ética, captação de recursos, inclusão social, políticas públicas, terceira idade, saúde, entre outros, alguns eixos de discussão também emergiram em torno da temática principal, como por exemplo, o sentido do trabalho voluntário, sua crescente demanda no Brasil, necessidade de profissionalização e capacitação dos voluntários.

passa a ser registrada mediante a um termo de adesão<sup>5</sup> para assegurar os direitos de quem a pratica.

Portanto, seja movido por interesses pessoais ou coletivos, por caráter religioso ou cívico, o voluntariado se torna realidade. Ao mesmo tempo, ergue-se uma cultura de que o voluntariado seja uma atividade sistematizada, praticada por intermédio de organizações e com espírito de cidadania. Assim, há voluntariado quando o voluntário se dispõe a uma ação sistematizada, movido por diversos interesses, com compromisso, responsabilidade e sensibilidade de ação.

### **Compromisso cívico de participação político-social ou revalorização da gratuidade?**

O voluntariado possui diferentes interpretações e significados. Quando vinculado principalmente à participação política, adquire características específicas que o aproxima da concepção mais divulgada e estimulada deste conceito, relacionado à produção de uma cultura voluntária. É o entendimento da atividade voluntária como ação política e social, de construção de cidadania através do envolvimento dos cidadãos, a partir da construção de redes voluntárias. De acordo com essa concepção, esta atividade, antes quase invariavelmente associada a uma convicção de natureza religiosa, passou a ser vista e praticada como expressão de uma nova noção de cidadania, manifestada a partir de uma preocupação com o outro, transformando-se em uma nova bandeira político-social contemporânea.

O voluntário passa a ser a pessoa que disponibiliza tempo e competências. Ele expressa cidadania e compromisso por meio dessa ação, além de benemerência e altruísmo, associada à concepção cívica, de co-responsabilidade com o bem-estar comum. Ser voluntário, de acordo com essa visão, é um ato de sensibilização cívica e um exercício de cidadania, legitimado pela sociedade e reconhecido pelo Estado, que se consolida como ferramenta importante para a construção de uma sociedade mais solidária e menos desigual.

---

<sup>5</sup> O Termo de Adesão é um documento formal elaborado pelas próprias organizações sociais para registrar e legitimar a atividade voluntária. Nele deve constar o nome e a finalidade da organização, a Lei do voluntariado e os direitos e os deveres do voluntário. É um documento oficial no qual o pretendo voluntário deve assinar antes da prestação de qualquer atividade voluntária em qualquer organização.

A ação voluntária, nesta perspectiva, passa a caminhar e se produzir em redes, alimentadas por fluxos contínuos de informação, conhecimento e interação. Redes aqui entendidas como interconexão de serviços voluntários, de organizações governamentais e não-governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais, que mobilizam parcerias e ações multisetoriais, de participação, que mobilizam vontades, adesões e implementam pactos de complementaridade entre os agentes sociais, as organizações, os projetos e os serviços.

Quando a gestão das políticas públicas sociais deixa de ser apenas competência do Estado para compartilhar com a sociedade civil e os movimentos sociais parte de sua competência, na década de 1990, através das organizações sem fins lucrativos e do trabalho voluntário, este último ganha nova conformação, diminuindo seu caráter assistencialista, para assumir uma posição ativa na construção da cidadania, como um novo agente político. O cidadão voluntário passa a ter uma posição ativa não apenas na solução de seus problemas, mas também na administração da cidade, da escola, do hospital, enfim, dos equipamentos sociais. Realiza trabalhos em prol do bem comum, independente de quem seja a iniciativa, do governo ou organizações da sociedade, redefinindo os padrões da relação Estado-sociedade-indivíduo.

A crescente identificação do valor social do voluntariado leva as pessoas individualmente, mas, sobretudo, por meio de organizações, a desempenharem um papel cada vez maior no desenvolvimento e na execução de ações e prol da satisfação de interesses públicos e pessoais, de comprometimento e ação cidadã. Tal comprometimento está associado a princípios éticos, que perpassam o voluntariado. Segundo Souza (2002), esses princípios contemplam altruísmo, responsabilidade, profissionalismo, lealdade, iniciativa, competência, humildade, otimismo.

Assim, compreendido como compromisso cívico, ação de cidadania, de participação na política social, o voluntariado adquire características que o aproxima do modelo praticado nos Estados Unidos, para a realidade social estadunidense, no qual a doação sistematizada é parte da vida dos cidadãos. Ao tentar se adaptar à realidade brasileira, esta concepção se articula em fortes redes: em cursos de capacitação de voluntários, promovidos por centros de voluntários; massificação pela mídia; congressos e publicações; estimulado por agências governamentais, como a Organização das Nações Unidas.

No entanto, uma outra forma interpretação do voluntariado tem origem em estudos na perspectiva da cultura. Tais estudos apontam que o atual modelo voluntariado, estimulado e entendido como ação de cidadania e distanciando-se do caráter religioso, provoca tensões quanto à tentativa de enquadrá-lo na realidade brasileira. De acordo com essa corrente, o voluntariado está relacionado à cultura tradicional de doação, caridade e filantropia, características da sociedade brasileira.

Não se pode desconsiderar que a história da doação no Brasil é marcada pela ação individual, baseada em valores cristãos, de relações de reciprocidade e redes religiosas. Camurça (2005), em um estudo sobre caridade, voluntariado e religião, parte da hipótese de que a ajuda ao próximo pode funcionar para a realidade brasileira como uma religião civil, considerando que a noção de caridade atravessa todas as religiões com densidade no país, assim como o caráter poroso das práticas religiosas. A caridade, nessa perspectiva, pode assumir contornos de uma religião civil, comum aos brasileiros.

Segundo esse autor, a partir dos anos 90, passou-se a estimular no Brasil a idéia de uma cultura moderna de voluntariado, numa articulação entre agências governamentais e grupos do setor privado (ONGs, associações, grupos religiosos etc). Nesse momento, redescobrem-se e relavorizam-se ações de tipo informal (caridade, cura, aconselhamento) que aglutinam reservas de ação social, até então à margem das lógicas capitalistas modernas. “Agora se vêem nelas reservas de ação social, desde que expurgados de um viés assistencialista e legitimados pela consciência da cidadania.” (CAMURÇA, 2005, p. 45)

Essas iniciativas de revitalização da caridade, através de discursos como o voluntariado, surgem a favor de uma sociedade civil e de um terceiro setor como formas de organizar as sociedades contemporâneas. Nesse modelo, estão reunidas fundações, associações civis como ONGs, pela criação e desenvolvimento de um espaço autônomo e complementar às esferas do Estado e do mercado, em torno da idéia de “sem fins lucrativos”. As crises e críticas relacionadas ao Estado, partidos e sindicatos levaram à revalorização dessa assistência social disseminada na população e a um reposicionamento de um discurso intelectual, reconhecendo nos valores antigos, demandas e disposições capazes de construir um *ethos* de sociabilidade no país. Redescobre-se, então, uma prática social encoberta pela lógica da racionalidade política e econômica: a gratuidade.

As práticas de caridade e doação, tradicionais no Brasil, passam a adquirir visibilidade. Elas são promovidas na construção da sociedade civil, porém, guardam traços singulares de personalidade, reciprocidade e obrigatoriedade que destoam do ideário mais abstrato da responsabilidade individual geradora de iniciativas autônomas de caráter cívico, como no modelo estadunidense, que inspira os articuladores do novo modelo de filantropia e de caridade para a realidade brasileira.

Na perspectiva da história cultural religiosa, as ações voluntárias movidas por um imaginário religioso que engloba desde o surgimento de “vocações” em pessoas que passam a dedicar (parte ou o conjunto de) suas vidas para iniciativas de cura, assistência espiritual, até uma gama imensa de atos cotidianos de doação, são resultados de promessas, “sinais”, “mensagens”, “visões”, sendo que essas práticas podem não ser regidas pelo juízo de uma consciência individual, resultado de um ato autônomo. Ao contrário, são dependentes de “obrigações” e “compromissos” oriundos de planos transcendentais (carmas, “missões”, “chamados”), assim como de rituais e prescrições que delimitam os procedimentos de quem dá e recebe:

Desta maneira, quando a “caridade” foi guindada de assunto de crença religiosa à modalidade de caráter cívico-social, engendrando formas modernas de praticá-la como “voluntariado”, o deslocamento desta prática dos domínios das relações pessoais, familiares, de vizinhança e das “obrigações” religiosas para o espaço público das regras, normas, contratos sociais, vem acompanhado da superação de sua condição pré-moderna (com todo seu corolário: “assistencialismo”, “clientelismo”, “tradicionalismo”). Com isto, inaugura-se uma situação dicotômica entre um modo anterior e o novo padrão que o renova, expresso nas oposições: moderno x tradicional, consciente x alienado, individualismo x hierarquia, formal x informal. (CAMURÇA, 2005, p. 48)

Assim, de acordo com esse autor, assistimos a tentativas de colonização da caridade tradicional brasileira através de conceitos modernos, como eficácia, auto-sustentação, *marketing* e responsabilidade social, gestados nas práticas desenvolvidas pelo voluntariado. No entanto, apesar de toda essa intervenção moderna modificadora do estilo de se pensar na doação, Camurça (2005) chama a atenção para a permanência da caridade no seu formato original, tanto no seu meio próprio do mundo tradicional e informal, quanto disseminada pela sociedade institucionalizada. Esse autor defende que, em um nível considerável, há uma continuidade dos valores da caridade tradicional por dentro da moderna filantropia: a do voluntariado, considerando marcante a influência das idéias e práticas da caridade na constituição de uma cultura de sociabilidade no Brasil.

Ter como pano de fundo uma inspiração religiosa é a motivação principal das doações, a principal força ideológica, que faz parte da crença religiosa no país. Embora a caridade esteja sempre articulada às singularidades das doutrinas e das cosmovisões de cada religião em particular, o fato de estas cosmovisões se comunicarem e fazerem empréstimos entre si faz com que ela vá se tornando recorrente, autonomizando a prática da doação enquanto crença que pode ser praticada, ora em uma, ora em outra religião, ou de uma forma complementar em várias, pela mesma pessoa.

Portanto, diante destas duas concepções apresentadas, pode-se afirmar que universo da caridade e da doação gesta-se, ao mesmo tempo, sem compromissos com um ideário individualista liberal e com concepções da ordem da cidadania? A ajuda ao outro significa compromisso cívico ou prevalece um modelo caritativo, montado sob princípios da solidariedade individualizada? O modelo brasileiro da caridade funciona, portanto, dentro de um sistema de redes religiosas, paralelo ao sistema das “leis” formais?

Na perspectiva da cultura, o risco que se corre, com toda esta tentativa de transformação da “caridade” em “voluntariado” pelos agentes modernos, pode descaracterizá-la de sua estrutura estritamente religiosa. Mas, se a dinâmica da religiosidade requer que suas regras permaneçam informais para que ofertas e retribuições oriundas da prática cotidiana assegurem o estabelecimento de relações sociais, normatizá-la em um código de direitos e deveres da cidadania seria esvaziá-la de seu sentido de relação social em si mesma?

Todavia, se quisermos conceder à “caridade” um lugar no espaço cívico e público, esta não pode ser transmutada ou imposta simplesmente a estes valores imperantes no mundo institucionalizado, das organizações e associações sociais, como aponta Camurça (2005). Evidenciamos, então, no cenário público brasileiro atual, da moderna filantropia, o processo de promoção da caridade, concomitante com sua reformulação nos marcos dos valores da racionalidade e eficiência. Porém, a força da doação e da caridade, como forma de ação religiosa termina por operar uma revanche ao movimento do voluntariado, que estende sua dinâmica aos esquemas contratuais, normativos e operacionais.

### **O espaço do voluntariado organizacional: encontros e confrontos**

Voluntariado é uma ação, produzida em um espaço que extrapola os limites do Estado e do mercado, do público e do privado, possui fluidez e fronteiras imprecisas. Tem a intenção de se firmar como ação que substitui a caridade, a filantropia e o assistencialismo, ao mesmo tempo se constitui como parte do universo das doações. As ações voluntárias produzem espacialidades complexas e dinâmicas que se revelam palco de múltiplas experiências solidárias, que tentam superar a herança de exclusão, presente no Brasil. Podem também ser interpretadas como um espaço de generosidade, compaixão, indignação, amor ao próximo e vontade de participar, a partir de uma mistura de inconformidade, compaixão, desejo de retribuir privilégios, vontade de aprender e de vivenciar experiências.

O que denomino de espaço do voluntariado é um dos objetos desta discussão. No entanto, o conceito espaço é amplo, pois além de se estruturar como conceito configura-se como categoria de análise; objeto de estudo da geografia e compartilhado por outras ciências. Então, ao utilizá-lo como categoria de interpretação de uma determinada realidade social é necessário conceituá-lo. Entre muitas interpretações, o espaço pode ser concebido como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002 p.63). Esse conceito nos permite refletir que o espaço é um conjunto de sistemas em constante movimento, de espacialidades que se manifestam em função da ação humana. Assim, cotidianamente e ao longo da história, o espaço se constrói a partir de múltiplas espacialidades, pois se o espaço pressupõe um sistema de objetos e ações, pode-se, então, considerar que o espaço do voluntariado é constituído por um conjunto das ações voluntárias, em um determinado momento da história das doações.

O espaço é, também, um conjunto de idéias que conduzem à compreensão de diferentes formas de produção, representação e apropriação da materialidade. Segundo Egler (2005), o espaço é uma categoria e se constitui em ferramenta teórica, permitindo-nos observar e analisar a concretude dos processos sociais. Assim, para participar do desafio representado pela compreensão do espaço, este artigo tem por objetivo refletir sobre o espaço do voluntariado. Tal espacialidade é composta de dois elementos

principais, um cognitivo, articulado prioritariamente à produção do espaço, outro configurado por sentimentos, vinculado, sobretudo, à apropriação do espaço.

Portanto, ao refletir sobre o espaço da ação voluntária, surge o desafio analítico relativo ao desvendar das formas sociais do pensar e do agir, articuladas à construção de idéias socialmente compartilhadas. A ação voluntária pode ser percebida nos múltiplos processos de inclusão e exclusão social, manifestos nos diferentes espaços-tempos do processo social, estruturados em sentimentos e objetos que expressam necessidades. Assim, além do seu valor de troca, temos memória e símbolos, manifestos na consciência coletiva e que têm, portanto, significados socialmente reconhecidos. Essa é uma forma de analisar o voluntariado, posicionada para além de suas determinações materiais, valorizando sua importância no campo dos símbolos. O simbólico é a expressão de relações espaço-temporais que envolve sentimento e emoção. Trata-se, pois, de estímulos e sentimentos que conduzem às ações.

Estas idéias estão associadas à construção paralela à imposição de uma cultura voluntária. Portanto, pensar o espaço é compreender, a cada momento, as formas que realizam seus elementos constitutivos, que conduzem à compreensão possível de um objeto complexo, como por exemplo, a ação voluntária. Esses elementos não são excludentes. Ao contrário, em cada momento histórico, (co)existem formas em disputa, mas também complementares, de perceber, conceber e interagir. Nesta perspectiva, o encontro acontece, principalmente, no campo simbólico, de valores socialmente reconhecidos ou impostos. O confronto cristaliza-se em grande parte na apropriação do espaço, enquanto mercadoria, agregado de valor econômico, reproduzindo relações de poder e hierarquia.

Os encontros e confrontos, entretanto, caminham lado-a-lado, provocando relações espaciais contraditórias, pois, de fato, a separação entre eles permanece no campo conceitual. A materialização das ações voluntárias, seja no universo simbólico ou na perspectiva da apropriação e da produção do espaço não ocorrem de forma homogênea. Na totalidade do espaço voluntário, o encontro e o confronto são fatos inevitáveis. Entretanto, mais do que um processo que decorre direta e exclusivamente de rendimentos econômicos, a relação social no espaço responde por uma complexa teia de instâncias, associadas à formas particulares, historicamente variáveis de dominação. Certamente as relações de dominação econômico-ideológicas são as mais aparentes e

claramente perceptíveis. Porém, observar as formas de dominação que se realizam no campo das ações sociais voluntárias, nas relações espaço-temporais vividas no voluntariado, que correspondem também ao domínio da esfera simbólica, da religiosidade e dos valores também se faz necessário.

Pelas relações sociais voluntárias espaço-temporais, realizam-se fluxos imateriais, expressivos, de interação, encontros, desencontros e confrontos. Tais relações manifestam-se através de trocas seletivas e hierarquizantes, frutos da apropriação do espaço. Por essa razão, é relevante refletir sobre os processos que, comandados pela subjetividade dos sujeitos, compõe a totalidade do universo analítico indicado pelo conceito espaço. O espaço é constituído pela totalidade das ações, produtoras de objetos que são trocados através de fluxos. Assim, a ação voluntária no espaço se estabelece em um sistema de trocas, mesmo as não declaradas. As doações voluntárias, o trabalho e o serviço voluntário são permeados por valores de troca, sendo, algumas vezes, negado pelos discursos: “dou sem esperar nada em troca”, “faço meu papel social”.

O voluntariado é uma ação social cuja análise orienta-se na compreensão do espaço dessa ação. A produção capitalista ancorada em uma forma de organização que se realiza pela relação capital-trabalho, pode ser entendida, também, pelas trocas desiguais e preservadoras da desigualdade, nas quais o salário se expressa em dinheiro, como elemento de permanência dessa relação, construindo o contexto que a reproduz. O voluntariado inicialmente rompe com a relação tradicional de trabalho-salário, embora esteja a favor da manutenção da mesma produção capitalista, configurando-se como capital social.

O espaço da ação voluntária se concretiza em meio a outros espaços já consolidados, de trocas e relações salariais desiguais, resultando em novas espacialidades que [re]produzem ações e expressam [dês]afetos. O espaço do voluntariado é o resultado da totalidade das relações sociais. Portanto, é preciso observar, conhecer e viver o espaço social, indo além do espaço físico, dos objetos móveis e imóveis. “O espaço é uma totalidade social plena, onde são trocados (em direção à preservação ou à mudança) objetos, idéias, intenções e afetos” (EGLER, 2005, p. 209). Assim, os processos espaciais, também interpretados como manifestações culturais, produzem objetos e sentimentos, ações dirigidas ao encontro, propositalmente abertas ao encontro, ao acontecer voluntário, gratuito e solidário.

Estamos pensando, assim, em um espaço que pode ser percebido via ação social voluntária. Esse é um espaço simultaneamente exterior e interior aos indivíduos, sendo constituído pela articulação de elementos que compõem a compreensão possível da ação voluntária. O espaço, nessa concepção, é configurado e configurador de trocas entre as pessoas e as comunidades. O gesto, a expressão, a fala constituem uma totalidade analítica tecida por sentimentos, emoções e percepções, que não podem ser negligenciados na análise.

É na totalidade simbólica, composta de objetos e ações, que vamos encontrar processos de criação, produção e reprodução que desenham os contornos da ação coletiva voluntária. O conjunto desses elementos produz e expressa sentimentos que podem ser socialmente apreendidos, inclusive através da apropriação social do espaço. Assim, quando procuramos entender os elementos contidos nos espaços do voluntariado, posicionamos-nos em um patamar que envolve a ação produtiva, mas que extrapola os limites dessa produção, incorporando idéias, motivações e valores (coletivos, socialmente compartilhados, impostos e individuais), compostos por conhecimento técnico e sentimentos, resultando em percepções condutoras de diferentes formas de ação voluntária, sendo produzidos encontros, confrontos e desencontros que constituem a dinâmica da vida urbana cotidiana.

Formas materiais resultam de processos de produção específicos decorrentes do investimento capitalista, seja ele público ou privado. Entretanto, é indispensável considerar, para além desses projetos, há uma estrutura simbólica responsável pela reprodução organizada da exclusão. A experiência da exclusão é um dos grandes motivadores da atividade voluntária, declarado na possibilidade de ajudar o próximo e na luta pela inclusão, através de discursos socialmente apropriados como o da doação e o da gratuidade.

O produção do voluntariado é também de natureza simbólica, sendo associado à valorização da solidariedade e da cidadania. Essa nova forma de ação político-social pela inclusão, pautada na valorização da cidadania, transforma as representações sociais, fazendo valer a doação a partir da responsabilidade social. Assim, o voluntariado tem sido frequentemente divulgado e promovido pelas organizações sociais, alterando a compreensão da exclusão e transpondo ao excluído elementos e responsabilidades pela ação.

De acordo com Corrêa (1995), no processo de produção do espaço, há uma inerente dimensão política, que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço. Assim, ao afirmar a existência de um espacialidade voluntária, estamos reafirmando a fragmentação do espaço social, dividido e controlado por uma comunidade, uma organização religiosa, uma associação ou por grupos que se identificam por uma dada especificidade. A constituição de espaços onde é exercido o voluntariado, como o das ONGs por exemplo, possibilita a interação e o confronto, pois moldam espacialidades diferentes, idéias que formam o coletivo e que podem conduzir à elevação da condição de vida de todos.

### **Considerações**

De fato, a questão da doação é complexa. Ao mesmo tempo em que remete a uma identidade religiosa, está inserida em um contexto de reprodução do discurso da gratuidade, eminentemente capitalista, inserindo-se assim em uma lógica contemporânea de manutenção do poder e das relações sociais desiguais. Embora exista uma heterogeneidade conceitual sobre o voluntariado, o elo entre ele está associado às expressões: compromisso e doação. A união dessas duas categorias para formação e construção do voluntariado reforça a lógica da gratuidade, como recurso e capital social, no qual o trabalho exercido de forma voluntária rompe inicialmente com a tradicional relação entre trabalho e salário.

No entanto, as relações estabelecidas pelo trabalho voluntário são sempre de trocas. Não há remuneração, mas a ação é legitimada pelos constantes discursos de sensibilização cidadã e religiosidade, presentes na realidade brasileira, impulsionada por valores éticos, morais e espirituais.

A religiosidade, o humanismo e o novo discurso da cidadania de caráter cívico contribuem para a reflexão de que o voluntariado no espaço das organizações é impulsionado por motivações sociais e individuais, ideológicas e ético-morais, de valores e sentimentos. Embora o voluntariado seja uma vontade de pertencimento à ação, ele não é o único elemento motivador, o qual não se pode generalizar. Paralelamente existe a vontade de ajudar, a inclusão, a curiosidade, a consciência de cidadania, a militância, a religiosidade, solidariedade, além de ser interpretada enquanto ação individual e coletiva. Porém, pode-se afirmar que a presença de um sentimento

espacial de pertencimento ocorre a partir da própria experiência voluntária no espaço voluntário?

O voluntariado se constrói aliado a uma concepção de terceiro setor que defende políticas salariais, para a sustentabilidade de projetos de pessoas envolvidas nas organizações, para manutenção das atividades, paralelo a atividade voluntária. A realidade não remunerada, voluntária, existe frente a uma possibilidade de trabalho remunerado. Assim, após reconhecer a existência desta relação, entramos em um campo declaradamente complexo, aparentemente contraditório. Não podemos afirmar que todas as atividades voluntárias exercidas em organizações estão relacionadas à busca por trabalho remunerado, mas a busca pela remuneração pode se transformar em um elemento motivador.

De fato, as ONGs trazem consigo possibilidades de trabalho. Esse, em grande parte dos casos, se divide em: trabalho remunerado pela via salarial e trabalho voluntário. No entanto, sabemos também que as ONGs se transformaram em excelentes oportunidades de trabalho remunerado, advindo de fomento a projetos cada vez mais concorridos e disputados, de parcerias com entidades governamentais, internacionais, empresariais e religiosas. Assim, as ONGs tornam-se espaços de oportunidades, campos de trabalho, de profissionalização e para adquirir experiência, no qual o exercício da gratuidade é visto como um passo para sua própria ruptura.

Assim, refletimos sobre o voluntariado sobre as três perspectivas: a partir de sua institucionalização, do ponto de vista conceitual e da possibilidade espacial. De fato, constatamos que o voluntariado é uma política das organizações, algumas vezes definidor da sustentabilidade organizacional. No entanto, a evolução das organizações sociais no Brasil trouxe novos elementos que, frequentemente, confrontam com o voluntariado. Um deles é a defesa do trabalho remunerado nas organizações, através de fomento a projetos que sustentem suas ações. Um outro elemento está relacionado à descrença quanto à atividade voluntária nas práticas das organizações, frutos de tentativas mal-sucedidas. Com a construção do conceito voluntariado aparece novas formas de pensar o espaço das atividades voluntárias, pois se as práticas de voluntariado são ações sociais exercidas em determinado espaço, elas possibilitam refletir sobre a produção de espacialidades. Estas ações, essencialmente materializadas no espaço enquanto território

e lugar, possuem dimensões histórico-sociais, político-sentimentais, que proporcionam o acontecer voluntário.

O espaço do voluntariado é, portanto, um produto social, de ações sociais voluntárias, exercidas de forma individual ou coletiva, por meio de instituições ou baseada na ação individualizada. No entanto, formas específicas de organizações sociais, algumas contemporâneas outras não, como associações, entidades religiosas, Organizações Não Governamentais, organizações internacionais entre outras, são os principais representantes e divulgadores do voluntariado, sendo que algumas dependem exclusivamente desta ação.

O voluntariado não existe em função destas organizações, podendo ser exercido e praticado a todo o momento, individualmente e fora delas; mas é um importante discurso social, político, educativo e ideológico promovido pelas organizações na atualidade. Embora esteja, também, presente em agendas governamentais e seja massivamente divulgado pelos diversos meios de comunicação. Assim, para finalizar esse artigo, temos que destacar dois elementos que se constantemente se confundem: o voluntariado como *práxis* social e individual. A *práxis* social possibilita a espacialidade voluntária, transforma o espaço da experiência voluntária em fato. O ato, a ação individual também compõe esse espaço, entretanto, subordinado à *práxis* coletiva. A escolha voluntária individual e íntima, embora compreenda elementos decisivos na ação voluntária, está sempre vinculada às ações sociais. O voluntariado, por suas características específicas, apresenta-se fortemente impulsionado pela sensibilidade individual, entretanto, a escolha voluntária é direcionada pelo comportamento social e pelo movimento das sociedades.

#### **ABSTRACT**

This paper has the objective to present the volunteers, with the relationships to specific contemporary social organizations – Non profit organizations. For this, it present a theoretical revision about volunteers practice in Brazil, resulted of news spacial products.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMURÇA, Marcelo A. “Seria a caridade a religião civil dos Brasileiros?”. In: **Revista Praia Vermelha**: Religião, ação social e política. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pos graduação em serviço social. Nº. 12, 2005.

CARDOSO, Ruth. A Valorização do Voluntariado. In: PERES, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.) **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. **Interação social no espaço urbano:** encontros ou confrontos? Disponível em [http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/htm\\_l/libros/urbano/urbano.html](http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/htm_l/libros/urbano/urbano.html), 2005. Acesso em 25/06/2006.

GOMES, Paulo César da Costa. A Cultura Pública e o Espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Flávia Regina. A ética no trabalho voluntário. In: In: PERES, Clotilde; JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org.). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.